

**Os fantasmas da revolução
em *Crónica da Rua 513.2*, de
João Paulo Borges Coelho**
**The ghosts of the revolution in
Crónica da Rua 513.2, by
João Paulo Borges Coelho**

NAZIR CAN*

A pesar de ter iniciado a publicar apenas em 2003, com *As duas sombras do rio*, João Paulo Borges Coelho (JPBC) é já um nome consolidado das letras em língua portuguesa. Para além desta primeira obra (que relata o outro lado da guerra civil moçambicana, a partir das inhóspitas aldeias que orbitam o Zambeze), *As visitas do Dr. Valdez* (Prémio Craveirinha de 2004, que, entre o Mucojo, o Ibo e a Beira, lê o fim do império colonial português através do pequeno mundo de duas velhas beatas e de um jovem criado negro que se disfarça de velho doutor colonial branco para animar os domingos das duas primeiras), os dois volumes de estórias *Índicos indícios* (de 2005, obras que introduzem no mapa literário do país novas geografias, recuperando outras já clássicas, como a Ilha de Moçambique), *Campo de trânsito* (que convoca para a literatura do país, em 2007, o absurdo universal dos campos de exceção), *Hinyambaan* (novela burlesca publicada em 2008 que, falando sério brincando, reflete sobre os desencontros de uma família sul-africana em viagem por terras moçambicanas), *O olho de Hertzog* (Prémio LeYa, romance histórico de 2010 que repensa a Lourenço Marques de 1919, bem como os movimentos literários e sociais que então começavam a germinar) e *Cidade dos espelhos* (novela futurista de 2011, um dos mais melancólicos retratos da história escritos no

* LITPOST / Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Barcelona, Catalunya, Espanha.
E-mail: nazir.cann@gmail.com.

país) comprovam o caráter poliédrico da sua escrita. Repleto de experimentação, nas formas e nas temáticas agenciadas, o projeto estético de JPBC revela duas grandes obsessões: discutir os silêncios da História através do olhar do indivíduo comum e indagar os interstícios da memória por via da fruição literária. Nesta mesma linha de equações, i.e., de variações sobre obsessões, se inclui *Crônica da rua 513.2* (doravante *CR513.2*), publicada pela Caminho, em 2006. Lançada ao público mais de três décadas depois da Revolução, *CR513.2* reconstrói aquele período com a distância suficiente para se demarcar da euforia e incidir na contradição que qualquer temporalidade transitória alberga. Partindo do elogio de Musil ao homem sem qualidades, incluída em epígrafe, esta obra relata a forma como uma rua cotidiana – simples e complexa – vive os tempos heroicos – belos e amargos – da passeata revolucionária. Mais do que uma leitura historiográfica (via que o escritor, que é também historiador, evita), *CR513.2* constitui um exercício poético sobre o lugar onde a memória trabalha, nas suas mais diversificadas facetas.

Sem apresentar um protagonista herói (que iria contra o tom antiépico deste romance coral), impregnado de uma ironia desencantada e simples na sua aparência, *CR513.2* esconde uma ampla complexidade: descrever num minúsculo espaço os anos prévios e posteriores à revolução moçambicana. Assim, sob o signo da pequenez, o leitor é convidado a repensar os acontecimentos mais marcantes da história recente do país, que se cruzam e se concentram no microcosmo da rua: a repressão contra os indianos nos anos 60, após a anexação de Goa à União Indiana (nas entrelinhas do caderno de Marques, ferido de amor com a partida da goesa Buba), bem como a ambígua situação daqueles que se mantiveram após a revolução de 1975 (como o louco monhê Valgy, insólito comerciante da rua); a opressão do aparelho ideológico sobre o indivíduo (subentendida em todos os capítulos); os campos de reeducação, espelhados no buraco que transforma em cova “cheia de mosquitos” (COELHO, 2006, p. 107) o norte da rua; a guerra civil, que se aproxima em forma de tempestade (capítulo 22). Nesta obra se recalcam, pois, as contradições discursivas da elite política, que são anunciadas de modo explícito pelo narrador (que desconstrói os argumentos de Samora Machel durante comício do Presidente na rua) ou sob o manto do implícito: na minoração da mulher (capítulos 2, 17, 18, etc.); na recessão econômica que esvazia as lojas (capítulo 16); na ilícita troca de favores entre detentores de bens (capítulo 5), assim como nas múltiplas formas de fuga

à lei, que abrangem, naturalmente, o convívio com os fantasmas do passado (de fio a pavio na narrativa); na maliciosa gestão dos produtos racionados (capítulo 18); no encerramento da nação em si mesma, representada nos “muros altos” (capítulo 23). Com um presente indefinido, um futuro nublado e um passado ainda menos apreensível – porque cada vez mais empoeirado e convertido em tabu –, com um povo heterogêneo que, entre solidariedade e burla aberta, faz o que pode e o que não pode para encaixar nos novos tempos, esta rua é a miniatura de um país em permanente trânsito.

O título, de resto, sintetiza o programa da obra: aliar o espaço minúsculo (de uma rua) ao imenso tempo (perdido) da Crônica. Desde o primeiro capítulo, altamente proustiano, intitulado “Prólogo: sobre os nomes e a rua”, notamos a importância dada a três componentes: o tempo, o nome e o espaço. No lugar do esperado 2.513 (fórmula típica de algumas ruas em Maputo) temos o número 2, da ambivalência e da duplicidade, colocado no fim: “(...) de forma que o enigmático número da Rua 513.2 permaneceu como estava. Tirá-lo de nome da rua seria como que desprezar a aritmética na altura em que ela era mais necessária, para dividir por todos a riqueza que esteve inacessível no tempo colonial.” (COELHO, 2006, p. 14) Se seguirmos esta sutil referência do texto (a de não “desprezar a aritmética”) e dividirmos estes números (513 por 2), teremos o 256.5. E, se nos é permitido ir mais longe, uma data dissimulada, 25-6-75, data da independência do país. Já no título, portanto, se articulam as estratégias fundamentais da obra: fabricação literária de sentido múltiplo contra a fabricação ideológica de sentido único a partir do nome, da junção do espaço-tempo e do jogo irônico.

A fabricação ideológica ganha corpo com a preocupação dos novos tempos em apostilar a designação do nome próprio, da empresa e dos espaços. Para subvertê-la, JPBC cria diversas personagens cujos nomes (Josefate, Basílio, Valgy, Tito, Judite, Filimone, Santiago, etc.) anunciam um programa narrativo que se apropriará do texto bíblico – precisamente um dos grandes inimigos da Revolução marxista-leninista. Já os sobrenomes, moçambicanos e recordando figuras ligadas às instituições do país (Tembe, Nharreluga, Muianga, etc.), instauram uma primeira duplicidade na vida destas personagens. De fato, a contaminação intertextual promovida nesta obra repleta de seres incompletos satiriza dois tipos de modelo de perfeição: o bíblico, saído do passado, e o revolucionário, virado para o futuro.

Com o mesmo intuito de desconstruir modelos de ortodoxia através da mais sutil sátira, inscrevem-se os “resquícios do passado”, fantasmas que se mantêm secretamente nas casas com o beneplácito dos atuais moradores. O ex-PIDE Monteiro (rivalizando a poltrona da sala com o Secretário do Partido, Filimone Tembe), a prostituta branca Arminda (que, sentada na borda da cama, aconselha a nova moradora Antonieta), o mecânico Marques (cúmplice de garagem e de interesses de Ferraz), etc., permanecendo e atuando numa fronteira de indeterminação, mancham o ideal de pureza dos novos tempos. Constituem o foco mais bizarro de memória na obra, e talvez por isso mesmo, a sua cara mais eloquente. Significando tanto um vestígio ou resto (do espaço) como uma fissura ou abertura (do tempo), o termo “resquício” lembra que o passado não se elimina por decreto e que totalização (do ser e das coisas) só pode existir a um nível discursivo – quando manipulado.

O mesmo ocorre com os novos moradores, cujas vidas se caracterizam por fulgurantes aparições e desapareções e pela impossibilidade de fixação. Por retratarem a ausência de controle direto das autoridades nas ações empresariais (Pedrosa, Valgy, Josefate), na idolatria às referências estrangeiras (Josefate e os seus heróis do blues americano), na curiosidade por histórias antigas e silenciadas (Ferraz), nas práticas relacionadas com a igreja (Guilhermina e Elisa), no temor pelas forças do “além”, num momento histórico em que se propaga o materialismo revolucionário (Filimone e Elisa), as ações destes inquilinos constituem formas ativas e emblemáticas de dissidência ao pensamento único. Neste sentido, as trajetórias dos fantasmas do passado devem ser lidas paralelamente aos percursos identitários dos moradores que os albergam, já que, por incidirem neste proibido eternamente renovado, os episódios das suas vidas são exemplos de composições circulares.

Enquanto espaço misto, sobrecarregado de imagens de um quotidiano que tanto pode ser a caricatura dum país convulso em transição como a face deformada de outros mundos, a Rua 513.2 constitui um lugar de interrogação, que nada pretende definir, mas que muito quer evocar. Convidando a história para a casa da linguagem, JPBC desmitifica os discursos da ortodoxia militante e devolve à ficção a sua razão de ser. A ler, a reler e a fazer contas.

Referências Bibliográficas

COELHO, João Paulo Borges. *Crônica da rua 513.2*. Lisboa: Caminho, 2006.

Recebido em 06 de março de 2012 e aprovado em 31 de maio de 2012.